

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Paula De Avelar Andrade Guimarães

Em 4 de maio de 2020 foi lançada pelo Ministério da Educação (MEC) a peça publicitária "*Enem 2020: o Brasil não pode parar!*". O vídeo mostra quatro adolescentes em locais de estudo incentivando alunos de todo o Brasil a se inscreverem no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, os atores estimulam os espectadores a estudarem para o exame “de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda a distância dos professores”.

A propaganda, que tinha como público alvo as pessoas que estudam para fazer o exame, foi amplamente criticada por diversos motivos. Em primeiro lugar, com a frase citada acima, o Ministério da Educação incentiva os alunos a estudarem como podem. Entretanto, a maior parte dos estudantes que se inscrevem anualmente para realizar as provas do Enem são de classe baixa e/ou estudam em escolas públicas. São alunos que muitas vezes não têm acesso a aulas on-line, livros e apostilas dos conteúdos do Enem, internet, etc. Como não estão sendo realizadas aulas presenciais no momento, em decorrência da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV2, que provoca a COVID, muitos alunos têm recursos limitados para continuar os estudos. Em segundo lugar, o cenário mostra cada estudante sozinho em um cômodo, que aparenta ser destinado aos estudos daquele adolescente. Além disso, são mostrados diversos objetos (como computadores, celulares, tripés, microfones e cadeiras) que dão suporte ao estudo do adolescente. No entanto, isso não representa a realidade de todos os candidatos ao Enem. Muitos alunos não dispõem em suas casas de um cômodo dedicado apenas aos seus estudos. Maior ainda é o número de alunos que não possuem condições financeiras de comprar os objetos exibidos na peça publicitária. Com base nos pontos supracitados, observa-se que a propaganda do Enem 2020, apesar de ser destinada a todos os candidatos ao exame, foi construída para alcançar os estudantes de classes média e alta, em detrimento dos alunos de classe baixa.

Poucos dias depois, em 15 de maio de 2020, o ministro da Educação Abraham Weintraub deu uma entrevista à CNN Brasil sobre a possibilidade de adiamento da realização do Enem. Nesse contexto, o ministro afirmou que o Enem “não é para atender injustiças sociais, é para selecionar os melhores”. Seu pronunciamento também foi duramente criticado, tendo em vista que o Enem é uma ferramenta que visa minimizar as diferenças entre os estudantes que o

realizam. Isso se dá como verdade porque o Enem é constituído de uma série de provas padronizadas para todas as universidades federais que o aceitam como método de aprovação. Além disso, qualquer pessoa que se inscreva e pague a taxa de inscrição pode realizar o exame em qualquer município do país.

Considerando o fato de que a educação deve se constituir como um mecanismo de correção de diferenças socioeconômicas, faz-se necessário questionar: de que maneiras a educação, atualmente, mantém a desigualdade entre as classes?

A finalidade da educação, segundo Brandão (1989), são as preferências da sociedade ou de alguns de seus grupos. Como um dos principais mecanismos que possibilitam a correção de injustiças sociais, a educação deveria ter como um de seus principais objetivos a diminuição dessas desigualdades. No entanto, observa-se que a educação se constitui como um dos principais elementos de sustentação da disparidade entre as classes (GUZZO & EUSÉBIOS FILHO, 2005). De acordo com Ponce (2005, apud GUZZO & EUSÉBIOS FILHO, 2005), esse fenômeno se deu a partir da passagem da sociedade primitiva para a sociedade de classes, em que ocorreu a estruturação da sociedade em classes sociais divergentes. Visando a manutenção do poder e da hierarquia estabelecida, a classe social dominante passou a controlar, valendo-se de seus próprios interesses, o conhecimento científico, uma vez que este era entendido como base para o sistema de produção capitalista. A educação e, conseqüentemente, o sistema educacional, passaram a ser gerenciados pelas classes dominantes com o objetivo de manter a desigualdade que sustenta essa dominação.

Atualmente, a classe social dominante segue à frente das ações que conduzem os rumos da educação. Em outras palavras, o ensino ainda é usado para manter a polaridade entre classes. Isso se dá por meio de um fenômeno muito claro: a educação abre portas para mais educação. Aqueles que têm acesso ao ensino têm mais chances de proporcionarem aos seus filhos e netos o mesmo nível de escolaridade. Em primeiro lugar, como o ensino formal é mais valorizado que o ensino informal (ILLICH, 1985), indivíduos com educação formal de melhor nível, de modo geral, tendem a conseguir empregos com melhor remuneração e ter maior poder aquisitivo. Assim, esses indivíduos têm melhores condições de proporcionar o mesmo nível de escolaridade para aqueles que deles dependem financeiramente. Em segundo lugar, estudantes de classes mais altas têm outras vantagens em relação a pessoas de classes mais baixas. Essas vantagens, segundo Illich (1985), dizem respeito a oportunidades de aprendizado que crianças e adolescentes de classes altas possuem naturalmente, que são provenientes do seu contexto social. Podem ser livros, acesso à internet, conversas, viagens e outros aspectos alheios ao contexto escolar formal.

Ao representar apenas adolescentes de classes altas em sua propaganda, o MEC deixa claro o público alvo ao qual a propaganda é destinada. Esse tipo de ação desestimula estudantes de classe baixa a realizar o Enem e, por consequência, inibe a busca de níveis de instrução mais altos. A educação permanece como ferramenta que mantém a desigualdade social no Brasil. Com esse mesmo pensamento, sujeitos de classes mais altas, por terem mais acesso à educação, têm mais chances de continuarem fazendo parte dessas classes. Tomando como ponto de apoio a obra de Illich (1985), é possível analisar a realidade do sistema educacional atual brasileiro, que monopoliza a distribuição das desigualdades em vez de propiciar a igualdade de oportunidades.

É necessário, portanto, que a educação se torne um dispositivo de atenuação das desigualdades sociais. É imprescindível que ela se torne mais democrática, dando oportunidades iguais a todos, independentemente da classe socioeconômica de cada um.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A.. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro**: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2020.

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Sites consultados:

Cable News Network Brasil, 15/05/2020; <https://www.youtube.com/watch?v=XybB1Y0_0M4>. Acesso em 25 jun. 2020.

Ministério da Educação, 04/05/2020; <<https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0>>. Acesso em 25 jun. 2020.